



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 06.198/11

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): Antonio Tomaz da Silva

Órgão: Instituto de Prev. dos Serv. de Algodão de Jandaíra - IPSAJ

Gestor Responsável: Adão Batista da Silva

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

**ACÓRDÃO AC1 – TC – 1.926/2016**

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 06.198/11 referente à Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais do Sr. Antonio Tomaz da Silva, Matrícula nº 0124, Auxiliar de Pedreiro, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura e Economia, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 03.638/11

## RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Prev. dos Serv. de Algodão de Jandaíra - IPSAJ, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais do Sr. Antonio Tomaz da Silva, Matrícula nº 0124, Auxiliar de Pedreiro, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura e Economia, que contava, à época do ato, com 4.390 dias de tempo de serviço, e idade de 65 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Cons. em exercício - Relator

## VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto!

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Cons. em exercício - Relator

Em 16 de Junho de 2016



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO